

## Iris aponta estrangulamento da agricultura

Os preços baixos, os juros altos e a falta de crédito estrangularam a agricultura de forma irremediável. A análise foi feita pelo senador Iris Rezende, apartado por diversos parlamentares que se encontravam ontem em plenário. Iris citou como fatos negativos a redução de 8,5% na safra deste ano e o achatamento da renda do agricultor. **Página 4**



A CAE debateu ontem as idéias básicas de uma proposta de regulamentação do sistema financeiro

# Regulamentação do sistema financeiro entra em debate

*Proposta em estudo por grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos prevê um novo papel para o Banco Central: maior autonomia, com fiscalização do Senado*

## Cafeteira: PPB não integrará comissões de análise de MPs

O líder do PPB, senador Epitácio Cafeteira (MA), comunicou que a bancada do partido no Senado decidiu abrir mão do direito de indicar integrantes para as comissões mistas de exame e emissão de parecer sobre medidas provisórias (MPs).

Conforme nota oficial assinada por ele e pelos senadores Esperidião Amin (SC), presidente nacional do PPB, Lucídio Portella (PI), Levy Dias (MS), José Bonifácio (TO) e Totó Cavalcante (TO), a bancada do partido considera que o "imenso



Epitacio Cafeteira

volume de medidas provisórias enviadas pelo Executivo descaracterizam e tumultuam" os trabalhos legislativos.

- O PPB não aceita ser coadjuvante da reedição sucessiva de medidas provisórias, que ocuparam o espa-

ço constitucionalmente destinado ao Parlamento - declarou Cafeteira.

Segundo a nota lida pelo líder do PPB, em três anos e dois meses uma das MPs já foi reeditada 38 vezes, fato que "concorre para um enorme prejuízo da imagem do Congresso Nacional perante a opinião pública".

Conforme os senadores pegebistas, os partidos majoritários de sustentação do governo determinam preferências na escolha dos presidentes e dos relatores das comissões especiais e fazem acordos para não dar andamento à matéria, como ocorreu com a MP do salário mínimo.

Grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado começou a acertar as bases de um projeto que vai regulamentar o sistema financeiro nacional. Ao sair da reunião do grupo de trabalho na CAE, ontem, o senador José Fogaça, relator da matéria, antecipou parte da proposta. A idéia, informou, é ampliar os poderes e a independência do Banco Central, mas, ao mesmo tempo, tornar as suas ações mais transparentes à fiscalização do Senado.

Já o senador Eduardo Suplicy apresentou em plenário uma série de sugestões para o aperfeiçoamento da proposta do grupo de trabalho, que tem como presidente o senador Wilson Kleinübing. A intenção de Suplicy é quebrar a relação "simbiótica" entre o BC e o sistema bancário. **Página 3**

# Emília defende emenda que eleva salário de professor

Segundo senadora, em 1975 o salário básico dos professores de primeiro grau correspondia a 500 reais; hoje, em alguns estados do Nordeste o salário médio é de "ridículos" 32 reais

## Dirigente do Paraguai faz visita ao Senado

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe hoje, às 10 horas, o presidente do Poder Legislativo do Paraguai, senador Miguel Abdón Saguier. A visita tem por objetivo estreitar as relações entre os parlamentos latino-americanos e agradecer a solidariedade do Congresso brasileiro por ocasião da tentativa de golpe militar naquele país, ocorrida em abril passado. Após o encontro, Saguier concederá uma entrevista coletiva à imprensa.

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) considerou ontem de "extrema importância" a proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, em discussão no Senado. A emenda determina que 60% das verbas que os estados e municípios são obrigados constitucionalmente a aplicar em educação sejam destinadas ao pagamento de professores. Com isso, em muitos estados

o salário dos professores do ensino básico poderá ser multiplicado em várias vezes.

Em 1975, o salário básico dos professores de primeiro grau correspondia a R\$ 500,00 e hoje a média de salário inicial é de apenas R\$ 50,00. Em alguns estados do Nordeste, o salário médio do professor do ensino básico é de ridículos R\$ 32,00. Com o novo fundo, abre-se a possibilidade de se fixar um salário mínimo para os professores e, se faltar dinheiro, o governo federal será

obrigado a completar os valores do fundo - disse.

Emília foi a primeira a discutir no Senado a Proposta de Emenda Constitucional nº 30, que, entre outras coisas, prevê intervenção federal nos estados que não aplicarem na educação os 25% de suas receitas, como manda a Carta. Se aprovada pelos senadores, a distribuição de recursos será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes de ensino de cada estado ou município.

## Suplicy recebe informações da Receita Federal

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem a transcrição em ata de quadro-resumo a ele enviado pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, sobre a perda de arrecadação que, na estimativa do governo, resultará da redução nos impostos pagos por pequenas e microempresas.

Conforme o documento, a renúncia fiscal é estimada em

R\$ 3,9 bilhões, não se incluindo as isenções propostas no projeto de lei para o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), no imposto de importação, na redução de contribuições previdenciárias, nem nos efeitos indiretos da tributação de pessoas físicas.

Como o senador José Sarney (PMDB-AP) sustentou em plenário que a renúncia fiscal re-

sultante da aprovação do projeto de sua iniciativa sobre as pequenas e microempresas não é tão grande assim, Suplicy quer agora que se chegue a um esclarecimento. "Acho que deveria haver um debate para esclarecer tudo isso", disse Suplicy.

■ *Leia mais sobre o assunto na página 7*

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

**10h** - Recebe o presidente do Congresso paraguaio, senador Miguel Abdón Saguier.

**10h30** - Preside reunião da Comissão Diretora do Senado.

**14h30** - Preside sessão deliberativa do Senado.

**16h** - Participa da entrega da "Légion d'Honneur" ao senador Antonio Carlos Magalhães, pelo embaixador da França, Gabinete do senador Antonio Carlos Magalhães.

### PLENÁRIO

**10h30** - Sessão deliberativa extraordinária do Senado

Pauta: \*Projeto de Resolução nº 79/96, que autoriza Mato Grosso a emitir Letras Financeiras do Tesouro estadual, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do estado, vencível no 2º semestre de 1996; \*Ofício nº S/64/96, do presidente do Banco Central, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier (RS), relativa a contratação de operação de crédito junto à CEF, no valor de R\$ 344.336,18, no âmbito do programa Pró-Moradia, destinada à execução de projetos de moradia para população de baixa renda; \*PLC nº 2/96, que dispõe sobre a proteção do consumidor; e \*PLC nº 30/96, que dá nova redação a dispositivos do Estatuto dos Militares.

**14h30** - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: \*Substitutivo do Senado ao PLC nº 73/94, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; \*PLS nº 25/95, que institui a revisão judicial dos valores atribuídos aos imóveis desapropriados, por interesse social, para fins de reforma agrária; votação em primeiro turno da \*PEC nº 23/96, que trata de inelegibilidade; quinto dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº

22/96, que trata da criação de municípios; e terceiro dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 30/96, que institui a reforma da educação.

### COMISSÕES

**10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**

Pauta: \*PDL nº 31/96, que aprova o texto do Acordo relativo à Cooperação Militar, celebrado entre o Brasil e o Paraguai, em 24.07.95; \*PDL nº 34/96, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua para a redução da demanda, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícitos de entorpecentes, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos, em 12.04.95; \*PDL nº 30/96, que aprova o texto da emenda ao artigo XVII (f) do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite "Intelsat", de 20.08.71, aprovada pela XIX Reunião da Assembleia da Organização, em 26.10.94; \*PDL nº 145/95, que aprova o texto das modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovadas por ocasião das reuniões anuais da Assembleia de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento e Fundo Africano de Desenvolvimento, realizadas em Dakar, Senegal, no período de 12 a 14.05.92; e \*PLC nº 47/96, que altera a Lei nº 7.565/86, para incluir hipótese de destruição de aeronave. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

**10h - Comissão Especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia**

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

**10h - Comissão Mista de Orçamento**

Pauta: Apreciação das contas do então presidente da República Itamar Franco, referentes ao exercício de 1993. Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

# Fogaça prevê BC forte e Senado com mais poder de fiscalização

*Relator do grupo de trabalho que estuda a regulamentação do sistema financeiro, senador mostra otimismo com propostas*

Os senadores Geraldo Melo (PSDB-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Fogaça (PMDB-RS) consideraram "altamente produtiva" a reunião realizada ontem pelo grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) criado para estudar a regulamentação do art. 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro nacional. Presidido pelo senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), e tendo José Fogaça como relator, o grupo de trabalho voltará a se reunir no início de agosto.

A avaliação que faço é muito positiva, porque nós estamos encaminhando um projeto que é sério, bem intencionado do ponto de vista do interesse público e sobretudo um projeto que vai mexer nas estruturas do sistema financeiro - disse José Fogaça.

O que caracteriza a proposta é principalmente o equacionamento do Banco Central dentro de um projeto



José Fogaça

de controle do sistema financeiro, em que ele não seja somente uma entidade autônoma e independente com força de intervenção, com muita eficácia na sua ação fiscalizadora, mas sobretudo que o BC também seja transparente para uma Casa de representação pública como é o Senado - explicou o relator.

Segundo Fogaça, o Banco Central terá muito mais poderes e maior independência, mas em compensação "o Senado terá mais ascendência,

maior poder de fiscalização e de visibilidade sobre tudo o que o BC faz, ou seja, independência do Banco Central significa servir ao interesse público, e não isolá-lo da sociedade". Fogaça explicou ainda que "só um presidente de banco central que não dependa da vontade de um político para ficar no cargo é capaz de fazer as intervenções na hora certa, com justiça, com eficácia e sem prejuízo do interesse público".

Para o senador Geraldo Melo, o País vai receber do grupo de trabalho uma contribuição importante "para lidarmos responsabilmente com um dos problemas mais graves deste país, que é o sistema financeiro".

Já Eduardo Suplicy afirmou que "os objetivos do Banco Central devem ser o de se procurar preservar o poder aquisitivo da moeda brasileira, mas também de promover o crescimento sócio-econômico".



## Vilson Kleinübing Kleinübing sugere regras para consórcio

"O consórcio é uma forma brasileira de ampliar o consumo dos pobres e evitar que o sistema financeiro ganhe tanto dinheiro", afirmou ontem o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), ao anunciar a apresentação de projeto de lei regulamentando a atividade dos consórcios no Brasil.

Lembrando que as taxas de juros estão insuportáveis para quem faz compras a prestação, disse o senador que os mais lesados por essa política econômica são exatamente os menos favorecidos da população, que compram eletrodomésticos no crediário.

Elaborado a partir de estudos de técnicos do Senado, do Banco Central e da União dos Consumidores Consorciados, o projeto de Kleinübing moderniza o consórcio, criando um instituto privado para controlar esse setor e tirando do Banco Central esse papel. A iniciativa também cria o seguro do consórcio, para que o associado não sofra prejuízos em função da má gestão da administradora, entre outros aspectos.

Com esse projeto, a prestação de contas da administradora vai ser mensal, o associado vai ter uma carta de crédito e a fiscalização pelo próprio consorciado vai revitalizar esse sistema - disse o senador, explicando que a associação de pessoas para a compra de bens é uma criação tipicamente brasileira, dificilmente usada noutros países.

## Suplicy quer comprometimento com progresso

Ressaltando que o próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, considera importante uma legislação que assegure a preservação da moeda nacional entre os objetivos do Banco Central, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem em plenário várias sugestões ao projeto que o senador José Fogaça prepara para a regulamentação do art. 192 da Constituição, que dispõe sobre o sistema financeiro nacional.

Concentrando-se na parte referente à reforma do Banco Central, Suplicy disse que é muito importante reforçar os mecanismos que

impedem ou dificultam o envolvimento dessa instituição financeira em interesses de bancos públicos e privados. Sua preocupação prioritária é introduzir nas regras para o sistema financeiro a quebra da relação simbiótica existente entre o BC e o sistema bancário.

Por isso, ele apresentou um artigo que relaciona, entre os objetivos do Banco Central, além da garantia de estabilidade do poder de compra da moeda, o dever de contribuir para o crescimento econômico, para a geração de empregos e para uma distribuição equitativa da renda. Outra idéia é a de que o BC seja obrigado a ajustar o



Eduardo Suplicy

volume de meios de pagamento e de crédito às necessidades de preservação da estabilidade monetária, com crescimento da economia, do emprego e da equidade na distribuição de renda.

# Iris condena descaso com agricultura

*Produtor rural está cansado de sustentar planos econômicos, adverte senador, lembrando que o campo quer apenas tratamento igual ao dispensado a outros setores*

Depois de mostrar em números os descertos do governo na área agrícola nos últimos anos, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou ontem que "o agricultor brasileiro está cansado de sustentar planos econômicos", numa referência aos baixos preços dos seus produtos nos vários programas econômicos dos últimos anos. Para ele, os baixos preços, os juros altos e a falta de crédito têm estrangulado a agricultura de forma quase irremediável.

- Não adianta plano econômico consolidado se no futuro o povo poderá morrer de fome. A agricultura não reivindica favores ou privilégios. Quer apenas um tratamento compatível com o que vem sendo dispensado a outros setores da economia, para os quais não faltam incentivos e medidas de proteção - disse.

Iris Rezende protestou contra "a condição de setor de segunda classe" com que o governo trata a atividade rural. "Não é compreensível que num país onde a área rural responde por 40% do PIB a agropecuária continue relegada desse jeito." Ele lembrou que na década de 80 o Brasil chegou a obter três supersafras consecutivas, produzindo cerca de 80 milhões de toneladas de grãos. Com o Plano Real, a safra deste ano será reduzida em 8,5%, ficando em 74,2 milhões de toneladas. "É cruel, mas estamos produzindo menos 6,5 milhões de toneladas



Iris Rezende

de alimentos." Para demonstrar o achatamento da renda dos agricultores, o senador citou estatísticas mostrando que o valor bruto da produção 94/95 representou "apenas 59% do faturamento anual médio" obtido no período 85/89. Ou seja, a renda do produtor rural hoje é 41% menor. O senador se queixou da falta de uma política mais agressiva no combate às barreiras não alfandegárias impostas por diversos países aos nossos produtos, principalmente suco de laranja, frangos e frutas.

Em apertês, Iris Rezende foi

apoiado por vários senadores. Osmar Dias (PR) ponderou que o plano do governo pode ajudar a recuperar a produção, "mas ainda é muito pouco". José Fogaça (PMDB-RS) assinalou que defende até mesmo subsídio para a agricultura, desde que conste em verba orçamentária. Carlos Bezerra (PMDB-MT) informou que 80% dos produtores do Mato Grosso não podem tomar financiamentos.

Totó Cavalcante (PPB-TO) disse que é um erro "combater a inflação fechando o setor produtivo". Já Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que há poucos anos o governo "decidiu boicotar" a produção de trigo, depois que o preço mínimo foi fixado em US\$ 160 a tonelada. A produção nacional foi destruída e hoje o trigo custa no mercado internacional US\$ 200 a tonelada, disse.

O senador José Bonifácio (PPB-TO) manifestou preocupação com a possível extinção da Fundação Nacional de Saúde (FNS), que estaria sendo proposta por secretários de saúde. O senador argumentou que, ao longo de quase um século, a FNS tornou-se o órgão de maior penetração rural no País.

Para Bonifácio, o trabalho da fundação, sobretudo nas regiões distantes e pobres, consiste no único atendimento de saúde àquelas populações, e "privá-las desse atendimento será condená-las ao isolamento e fomentar o ressurgimento de variadas epidemias".

## Marina e Flaviano denunciam ação violenta da PM no Acre

Os senadores Flaviano Melo (PMDB-AC) e Marina Silva (PT-AC) condenaram ontem o uso de violência pela Polícia Militar do Acre para desocupar a fazenda Bauru, no município de Rio Branco.

Marina Silva denunciou que "a Polícia Militar, fortemente armada, com um mandado assinado pela juíza Regina Longuini, transformou num verdadeiro campo de batalha a fazenda, ocupada por 300 famílias".

- Barracos derrubados, móveis destruídos, mulheres grávidas espancadas a golpes de cassetete, homens algemados arrastados pelo chão, resultando em 60 feridos e dois presos - descre-



Marina Silva



Flaviano Melo

veu a senadora, acrescentando que enviará cópia das filmagens do conflito para o Ministério da Justiça e para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Marina disse que está propondo alteração no Código Penal, de modo a fixar, com nitidez, o princípio da função social da propriedade.

O senador Flaviano Melo repudiou a ação da Polícia Militar, observando que, se-

gundo notícia publicada pelo jornal *Correio Braziliense* e lida em plenário pelo senador, realizou "um massacre".

- De maneira nenhuma se concorda com forma violenta para cumprir ordens judiciais - disse o senador, pedindo que o comandante da PM no Acre, coronel Gilvan de Oliveira Vasconcelos, apure rigorosamente as responsabilidades pelo episódio.

Flaviano também explicou que a ocupação da fazenda Bauru não foi promovida por trabalhadores sem-terra, até porque a estrada do Amapá, onde se situa a propriedade, é uma área urbana da capital Rio Branco.

## Bonifácio deseja manter Fundação Nacional de Saúde

O senador José Bonifácio (PPB-TO) manifestou preocupação com a possível extinção da Fundação Nacional de Saúde (FNS), que estaria sendo proposta por secretários de saúde. O senador argumentou que, ao longo de quase um século, a FNS tornou-se o órgão de maior penetração rural no País.

Para Bonifácio, o trabalho da fundação, sobretudo nas regiões distantes e pobres, consiste no único atendimento de saúde àquelas populações, e "privá-las desse atendimento será condená-las ao isolamento e fomentar o ressurgimento de variadas epidemias".

# Coutinho propõe convocação de Kandir

*Conforme requerimento do senador, o ministro deverá prestar informações sobre cancelamento de dotações orçamentárias e critérios para liberação de recursos*



Ney Suassuna

## Suassuna pede solução para dívida interna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) dirigiu ontem apelo ao Congresso e aos governos federal, estaduais e municipais para que encontrem uma solução para o problema da dívida pública interna. A seu ver, o atual modelo de refinanciamento e rolagem das dívidas dá sinais de esgotamento que, se ignorados, irão desequilibrar a frágil política monetária e cambial.

- Ao invés de buscarem uma solução real para o impasse da dívida pública interna, os governantes brasileiros estão desenvolvendo perigosos mecanismos de convivência, a partir da conhecida válvula da rolagem. Ao constatar o imobilismo governamental frente aos perversos desdobramentos das taxas de juros mais elevadas do mundo, cresce minha preocupação - disse.

Conforme Suassuna, a dívida do setor público em junho chegou a R\$ 190 bilhões e o governo tem pago, de juros, R\$ 2,4 bilhões por mês. O senador observou que a dívida interna líquida representou 32,7% do PIB em março desse ano e "vem crescendo avassaladoramente, 7,7% nos últimos três meses, num ritmo incompatível com o crescimento da economia". Em aparte, Suassuna recebeu o apoio do senador Tebet (PMDB-MT).

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) apresentou ontem requerimento à Mesa para que o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, seja convocado pelo Senado, a fim de prestar informações sobre a execução do Orçamento de 1996, especialmente no que se refere ao cancelamento de dotações orçamentárias e critérios adotados para contingenciamento de despesa.

Coutinho deseja ainda que Antônio Kandir esclareça os critérios adotados para a assinatura de convênios e liberação de recursos a estados e municípios, durante o mês de junho passado, bem como em que escala de prioridade figuram as emendas coletivas - de bancada - e individuais aprovadas pelo Congresso Nacional, para efeito de liberação.

- O tratamento da questão orçamentária pelo Legislativo, para este ano, apresentou um grande salto qualitativo especialmente no tocante à discussão e aprovação de emendas. Lamentavelmente, não se tem observado o mesmo procedimento por parte do Poder Executivo, o que pode ser medido pelos reiterados pronunciamentos nesta Casa em repúdio ao processo de liberação de recursos - argumenta Coutinho Jorge na justificativa do requerimento.

O senador observa, ainda, no tocante aos vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1997, que o Executivo alegou exiguidade de prazos para atender às modi-



Coutinho Jorge

ficações introduzidas pelo Congresso Nacional, o que, em sua opinião, é no mínimo inaceitável.

Em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO)

manifestou seu apoio ao requerimento do senador paraense, e disse que em Goiás houve tratamento diferenciado para um deputado do partido do governo. O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) afirmou que a questão da liberação de recursos é polêmica e pediu uma análise profunda do problema. Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Flaviano Melo (PMDB-AC) também apoiaram Coutinho Jorge.

## Dutra aponta interesse eleitoral na distribuição dos recursos

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ontem que a distribuição dos recursos do Orçamento obedeceu a interesses político-eleitorais do



Eduardo Dutra

governo e não a critérios técnicos, como afirmou o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Segundo Dutra, as verbas foram utilizadas de maneira "eleitoral e fisiológica". Para o senador, esse problema vai perdurar enquanto o Orçamento for apenas autoritativo e o governo puder manipular os recursos da maneira que bem entender.

Segundo Dutra, pesquisa realizada pelo PT em dez estados demonstra que seu partido foi discriminado na distribuição de verbas do Orçamento, enquanto os partidos que apóiam

o governo foram beneficiados. Ele afirmou que nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Bahia nenhuma emenda do PT foi aprovada e que a bancada do partido no Rio Grande do Sul foi a única que teve um percentual dos convênios aprovados, sendo que de apenas 0,9 % do total.

Como vice-líder do gover-

no, o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) admitiu que o Executivo pode ter cometido alguns erros devido a pressões políticas. Kleinübing defendeu o fim das emendas individuais ao Orçamento e a luta coletiva pela elaboração de programas de governo que incluam a construção de casas populares e a recuperação das estradas brasileiras.

- Esse tipo de briga só envergonha a administração pública do País. É lamentável que ainda tenha que haver esse tipo de briga por emendas ao Orçamento, em vez de se buscar uma solução definitiva para o problema - ressaltou Kleinübing.

# Ademir propõe perda de mandato no caso de infidelidade partidária

*Fidelidade é requisito para o fortalecimento dos partidos e "um serviço à democracia", justifica autor da proposta de emenda*

Políticos que deixarem os partidos sob cujas legendas foram eleitos, assim como os que se opuserem às diretrizes estabelecidas pela direção partidária, poderão perder seus mandatos, se aprovada proposta de emenda constitucional apresentada ontem pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), com o apoio de 27 senadores.

Ele argumenta que fidelidade partidária atualmente é atribuição dos partidos políticos, que definem suas regras e respectivas sanções. No entanto, friso, nenhum partido pode determinar, em seus estatutos, que a infidelidade será punida com a cassação do mandato. Esta sanção teria que ser prevista na Constituição, conforme o senador.

Ademir observou que a fidelidade partidária é requisito para o fortalecimento dos partidos e "um serviço à democracia". O senador destacou tam-



Ademir Andrade

bém o aprendizado político que resultaria da transparência e nitidez ideológicas, evitando a confusão de siglas vigente. A seu ver, um sistema partidário que abriga coligações de partidos antagônicos nos níveis municipais, por exemplo, valoriza o personalismo e não os partidos. À semelhança dos países desenvolvidos, o senador pretende que os partidos sejam mais importantes que as pessoas que os integram.

Em aparte, Totó Cavalcante (PPB-TO) considerou que "já é hora de os brasileiros deixarem de comparar a sua evolução com a dos países desenvolvidos". Ele afirmou que, embora do PPB, "um partido de direita, venho de uma escola em que Che Guevara era meu guru". O senador Romero Jucá (PFL-RR), por sua vez, afirmou que a fidelidade partidária resgatará as diferentes identidades políticas existentes no País.

Na opinião de Pedro Simon (PMDB-RS), a coligação que elegeu FHC confunde ainda mais um quadro partidário com "30 legendas sem nenhum conteúdo". Romeu Tuma (PSL-SP) sugeriu a criação de um tribunal de ética, para que a fidelidade partidária não seja invocada contra alguém que assumiu posições coerentes com o programa de seu partido, mas contrárias às de eventuais lideranças.

## Jucá cumprimenta FHC por promessa de asfalto cumprida



Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) elogiou o esforço do presidente da República para a pavimentação da BR-174, que

liga Manaus a Boa Vista e esta cidade à Venezuela. Ele disse que essa obra, uma parceria entre o governo federal com os governos do Amazonas e de Roraima, consiste no cumprimento de uma promessa de campanha de Fernando Henrique Cardoso.

Conforme Jucá, o projeto da BR-174, que significou um investimento de R\$150 milhões, está sendo financiado também pela Corporação Andina de Fomento.

## Mauro Miranda homenageia antiga capital de Goiás

"A cidade de Goiás Velho foi o grande palco de luta nos primeiros movimentos pela redenção econômica do estado", disse



Mauro

ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao anunciar as homenagens pela fundação da histórica capital que já foi conhecida como Vila Boa e hoje se chama Goiás Velho. Ele informou que, cumprindo uma tradição, o governo de Goiás e todo o secretariado transferiu-se ontem para a antiga capital, sendo a ocasião um dia de festa e de encontro de gerações.

Mauro também informou que o governador do seu estado inauguraria ontem a Faculdade Cora Coralina e diversas obras de infra-estrutura pública, na presença do ministro da Justiça, representando o presidente da República.

## Simon defende proibição de eleger parentes afins

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que, desde a década de 60, é favorável à inelegibilidade de parentes por afinidade em segundo grau de chefes de executivo. "Cunhado é parente", disse. Ele contestou declarações do ex-ministro da Fazenda, Ciro Gomes, publicadas na imprensa cearense, de que o PMDB do Senado estaria sendo influenciado pelo ex-prefeito Juracy Magalhães para não votar a proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC), que retira aqueles parentes da lis-

ta de inelegíveis.

Na opinião de Simon, não é adequado mudar a Constituição a poucos meses das eleições. O senador gaúcho declarou sua mágoa com acusações "graves" de Ciro Gomes contra Juracy Magalhães, que "foi e será de novo um grande prefeito de Fortaleza". Para ele, o candidato à prefeitura da capital cearense merece o respeito do ex-ministro. Juracy "não pode ter sido um mau administrador", disse, pois obteve altos índices de popularidade no fim de sua gestão, elegeu um sucessor que está recebendo a mesma aprovação e, de



Pedro Simon

novo candidato, compete como favorito.

Simon fez questão de também declarar sua admiração pelo esforço de Ciro Gomes de debater questões importantes da política nacional. "Sou amigo dos dois e os respeito", frisou.

# Alteração em MP combate a concentração econômica

*Projeto de lei de conversão aprovado ontem por comissão mista determina benefícios mais vantajosos para empresas automotivas que se estabeleçam em regiões menos desenvolvidas*

As empresas automotivas que vierem a se estabelecer nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste poderão ser beneficiadas com isenções da Contribuição



Waldeck



Fernando Bezerra



Beni Veras

Para o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), membro da comissão mista, que é presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), as mudanças

Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Imposto de Renda incidente sobre os lucros auferidos e remessas e pagamentos realizados, a qualquer título, a residentes e domiciliados no exterior, até o ano 2014. A medida é o que estabelece projeto de lei de conversão aprovado ontem pela comissão mista incumbida de analisar a Medida Provisória nº 1.483-14, que reduz o imposto de importação

de produtos automotivos.

O projeto de conversão, que será submetido agora ao plenário do Congresso Nacional, determina ainda que os estados localizados nas regiões Sul e Sudeste também serão beneficiados. No entanto, a redução prevista será de 50% e crescerá em 10% ao ano, chegando em 20% em 1999, quando expirará o prazo de regime fiscal especial nas duas regiões.

introduzidas pelo parecer do relator, deputado José Carlos Aleluia, representam o começo do desmonte de uma legislação que privilegia a concentração econômica em alguns estados e acentua as desigualdades regionais. "Ao longo dos últimos 14 meses, essa medida provisória contribuiu para beneficiar as regiões Sul e Sudeste", disse o senador Beni Veras (PSDB-CE), também integrante da comissão.



Josaphat Marinho

## Josaphat pede recursos para guarda costeira

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) fez apelo ontem ao ministro da Marinha para que o Segundo Distrito Naval, instalado em Salvador, disponha de recursos para o patrulhamento das costas e mar da Bahia e estados vizinhos. Ele quer que sejam feitos investimentos, particularmente, no funcionamento da Base Naval de Aratu, instalada na Baía de Todos os Santos, responsável pela revisão e manutenção de navios da própria Marinha e de empresas estatais.

Marinho informou que, em companhia de outros parlamentares baianos de diferentes legendas partidárias, no último dia 19, esteve na sede do comando daquela unidade da Marinha e na base naval. Afirmou que, naquela ocasião, pôde observar a escassez de recursos refletida na deficiência do aparelhamento, em contraste com a rigorosa higiene e estado de conservação dos locais e navios visitados.

## Sarney não teme veto a pequena empresa

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem não temer a possibilidade de que o projeto de sua autoria concedendo isenções fiscais para as micro e pequenas empresas venha a ser vetado. "Quem vai ter coragem de vetar um projeto que beneficia 90% dos estabelecimentos empresariais do País?", indagou.

Sarney afirmou que "retirar dos pequenos e não dos grandes é uma linha de conduta que precisa acabar de uma vez nesse País". O senador contestou matéria veiculada nesta quarta-feira pela imprensa, atribuída a fontes da Receita Fede-

ral, segundo a qual o projeto retiraria recursos da saúde e do Fundo de Participação dos Estados.

- Ninguém imaginava que a saúde e os estados estavam sendo financiados pelas pequenas empresas - ironizou.

### OUTRAS CAUSAS

O senador afirmou que há outras causas para os problemas enfrentados por esses setores: "Todos nós sabemos que essas alegações não são verdadeiras, e há outros motivos para a falta de recursos. Hoje mesmo, o ministro da Saúde está nos jornais afirmando que R\$ 12 bilhões foram desviados por fraudes. É bom lembrar que o objetivo do projeto de isen-

ção é apenas cumprir a Constituição, que determina seja dado tratamento privilegiado à pequena e microempresa."

José Sarney abordou o mesmo assunto em pronunciamento no plenário do Senado, quando pediu a transcrição nos Anais de artigo em defesa da pequena empresa, de autoria do deputado Delfim Netto, publicado ontem pela *Folha de S. Paulo*.

O projeto foi aprovado terminativamente na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, na semana passada, e deverá seguir nesta segunda-feira (dia 29) para a apreciação pela Câmara. Caso aprovado, irá à sanção presidencial.

# Odacir quer prevenir tabagismo entre crianças

*Taxa de 10% sobre preço final dos cigarros é proposta pelo parlamentar para ser utilizada como incentivo ao esporte amador. Projeto também limita concentração de nicotina*

Uma Contribuição para Incentivo ao Esporte Amador poderá ser instituída no País, se aprovado projeto apresentado pelo senador Odacir Soares (PFL-RO) com o objetivo de oferecer à sociedade brasileira mecanismos de prevenção contra o tabagismo entre crianças e adolescentes. A contribuição seria proveniente de uma taxa de 10% sobre o preço final de tabaco, cigarros e outros produtos congêneres, e os recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo.



Odacir Soares

O projeto proíbe a venda de cigarros a menores de 18 anos de idade, bem como a comercialização desse produto em pacotes contendo menos de 20 unidades. Além disso, a matéria estabelece que os cigarros não poderão ser vendidos por meio de máquinas ou enviados pelo Correio, e os comerciantes deverão obter licença específica, renovável a cada ano, para expor ou vender qualquer produto que contenha nicotina. O projeto disciplina a publicidade desses produtos e estipula penas

até mesmo aos que, gratuitamente, fornecerem cigarros a crianças ou adolescentes.

Odacir disse que a restrição à publicidade e ao acesso a esses produtos, o aumento do preço do tabaco por meio de taxação e a destinação desse tributo para o incentivo ao esporte amador têm-se mostrado um meio eficaz para afastar as crianças e adolescentes das drogas e promover-lhes a saúde e a socialização.

Outro projeto de Odacir determina que a concentração de nicotina nos cigarros não poderá ultrapassar 0,8 mg, já que essa substância leva à rápida dependência do usuário.



Romeu Tuma

## Tuma: Crack é desgraça do século

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) classificou de grande desgraça desde fim de século a disseminação "da mais perniciosa das drogas", o crack (cocaína fumada), nas camadas mais desafortunadas da população. Ele pede providências para a minimização do uso abusivo das drogas, "a desgraça que se abate sobre a juventude".

Advertiu Tuma que o crack traz consigo o aumento de criminalidade, citando pesquisa recente, e que o índice de infecção pelo vírus HIV entre os usuários de drogas no Brasil é de 50%, enquanto na Inglaterra não passa de 1%.

O senador disse não existir ainda no País uma política de prevenção, e elogiou o trabalho da deputada estadual paulista Edna Macedo, escolhida presidente de honra da campanha "Brasil 2000 - Futuro sem Drogas".

## Benedita elogia a atuação de Pelé

Os programas que o Ministério dos Esportes vem implementando em todo o País com o objetivo de atender aos grupos menos favorecidos da sociedade brasileira foram elogiados pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), para quem o trabalho do ministro Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, "é muito sério e merece o apoio de todos, independentemente de simpatias pessoais ou injunções partidárias".

Segundo Benedita da Silva, os projetos em andamento seguem uma filosofia que privilegia o chamado esporte socioeducacional, com vistas a levar alimentação, saúde, educação e cidadania, em es-

pecial às crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

- A idéia é que o Estado se afaste progressivamente do esporte de alto rendimento, deixando-o para entidades de administração do desporto, que são as diversas federações e confederações - disse Benedita, garantindo que a ênfase dada à área socioeducacional não significa um descaso para com o esporte de rendimento, que recebe verbas da Loteria Esportiva.

A senadora destacou, entre as ações e projetos do Minis-



Benedita da Silva

tério dos Esportes, a realização e a divulgação dos II Jogos Brasileiros Paradesportivos, que reuniram atletas portadores de deficiência; o programa Esporte Solidário, de apoio aos jovens e crianças de regiões carentes; o Programa

Esporte Educacional, que pretende difundir os benefícios do esporte; e o apoio dado pelo ministério aos participantes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Atlanta, bem como à realização dos Jogos da Juventude, cuja etapa nacional se dará em Curitiba.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho  
**2º Vice-Presidente:** Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares  
**2º Secretário:** Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias  
**4º Secretário:** Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares; ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

**Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal**  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor da Subsecretaria de Divulgação:** Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade  
**Editores:** Djulba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação:** Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Mircia Kalure e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal